
Feminismos em Redes Sociais: Sororidade e Participação Cidadã No Caso Juliana Dal Piva No Twitter¹

Cristiane Guilherme BONFIM²
Marina Solon Fernandes Torres MARTINS³
Márcia Vidal NUNES⁴
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Este trabalho analisa o caso da jornalista Juliana Dal Piva, que, em junho de 2021, recebeu ameaças de Frederick Wassef, o advogado do presidente Jair Bolsonaro. A jornalista usou o *Twitter* para denunciar a violência sofrida, o que formou um espaço de solidariedade e apoio. Neste artigo analisamos os amparos ofertados por outras mulheres à jornalista por meio de uma estratégia que os feminismos compreendem como Sororidade. Deste modo, avaliamos o *Twitter* como espaço de Ciberativismo (EISENBERG, 2015) de forma a garantir a participação cidadã (LUNARDI e SECCO, 2010) de mulheres no espaço público. Para tanto, utilizamos a metodologia de Análise Qualitativa (STRAUSS e CORBIN, 2008).

Palavras-chave

Feminismos; Redes Sociais; Sororidade; Análise Qualitativa; Participação Cidadã

Introdução

Os gêneros são mecanismos de organização social. É com base neles que se desenvolve todo o sistema de relações na sociedade e se atribuem papéis designados às mulheres e homens. Scott (2019) explica que a partir das categorias de gênero são definidas as normas de feminilidade e masculinidade e determinados os espaços sociais de cada um. Essa construção aparenta ser inofensiva em um primeiro momento, mas desenvolve-se de forma problemática, uma vez que os lugares sociais de mulheres e homens avançam de modo desigual na sociedade, privilegiando os homens em detrimento das mulheres. É o que compreendemos como patriarcado (LERNER, 2019).

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação para Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisa da Intercom, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: crisgbonfim@gmail.com

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: solonmarina@gmail.com

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: marciavn@hotmail.com

É válido mencionar que, neste trabalho, quando nos referimos às mulheres, compreendemo-nas para além da binariedade de gênero (BUTLER, 1990). Consideramos “mulheres” todas as que assim se designarem, uma vez que concordamos com Butler (1990) quando a autora define o gênero “como uma representação que constitui performativamente a aparência de sua própria fixidez interior” (BUTLER, 1990, p.107).

No contexto patriarcal, às mulheres cabe um lugar de docilidade e submissão, nunca de insurgência. O silêncio e o silenciamento são imputados a elas na construção social dos gêneros de forma tão imperativa que naturalizou-se a ideia de que os espaços e debates públicos são lugares essencialmente masculinos enquanto os espaços domésticos, restritos, estão reservados às mulheres. Safiotti (2015) explica que as desigualdades constituem fontes de conflitos e geram contradições.

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (SAFIOTTI, 2015, p. 37)

Ferrari (2011) detalha que o silêncio e os silenciamentos fazem parte das formações discursivas envolvidas no disciplinamento dos sujeitos. Os atos de falar e calar são condições das relações de poder e força. Na sociedade patriarcal, centrada na figura dos homens, a eles é conferido o espaço de fala, enquanto às mulheres é imposto o silêncio. Kilomba (2019) explica que nas relações de silenciamento, quem não fala não o faz por falta de resistência ou interesse, mas sim por falta de acesso a espaços de fala e escuta. É o caso do silêncio feminino na ordem patriarcal.

O silenciamento é também uma ação sobre o outro, um manejo de poder. Como tal, envolve obediências, mas também insubmissões e resistências. Rago (1997) diz que os processos de subjetivação das mulheres nas sociedades ocidentais são definidos por discursos misóginos. Esses enunciados são usados pela sociedade patriarcal como recurso de dominação das mulheres, submetendo-as a um disciplinamento perante os homens. Como resultado, suas vozes são rotinamente silenciadas.

No entanto, elas vêm progressivamente se colocando como vozes ativas e sujeitos autorizados à fala. Grande parte disso se deve às movimentações feministas, que passam a compreender que os limites impostos pela sociedade patriarcal precisam ser debatidos. Gago (2020) defende que os feminismos reivindicam um deslocamento desses limites aos quais as mulheres foram convencidas a obedecer.

Todavia, as insurreições femininas incomodam os homens de tal modo que, aponta Rago (2009), há uma crescente de agressividade e violência deles contra as elas, o que tem exigido novos posicionamentos e articulações de forma a contrapor as atualizações das lógicas patriarcarcais.

Como exemplo dessas novas articulações podemos citar as organizações de mulheres nas redes sociais. Castells (2017) chama atenção ao fato de que as redes digitais têm caráter horizontal e geram companheirismo. “Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança” (CASTELLS, 2017, p. 195). Com base em articulações que se unem com base nesse companheirismo é notório que mulheres têm utilizado das redes sociais para apoiar umas às outras em causas comuns. Essa movimentação é conhecida nos espaços feministas como “sororidade”.

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁵ define o termo da seguinte forma: “Relação de união, de afeição ou de amizade entre mulheres, semelhante à que idealmente haveria entre irmãs/União de mulheres com o mesmo fim, geralmente de cariz feminista.”

A sororidade é uma estratégia dos feminismos que subverte o discurso patriarcal de que as mulheres são maledicentes e semeiam discórdia entre si. Federici (2019) conta que a visão patriarcal difunde que as conversas entre elas são baseadas em fofocas como modo de desvalorizá-las, dando a ideia de que mulheres “não têm nada melhor para fazer por terem menos acesso ao conhecimento real, à informação, e por terem uma inabilidade estrutural de construir discursos racionais com base factual” (FEDERICI, 2019, p. 83).

Se a sociedade patriarcal diz que na convivência feminina há maldiência e fofoca, a proposta da sororidade é construir apoios entre mulheres, redes de afetos que geram alianças políticas estratégicas em combate às violências e dominações de gênero. Dessa forma, as colaborações são táticas e erguem micropolíticas que, uma vez ampliadas pelos espaços das redes sociais, podem gerar participações cidadãs de forma a assegurar direitos civis. “Apoio, união e irmandade entre as mulheres impulsionam o Movimento Feminista” (PIEDADE, 2017, p. 16)

Vale dizer que a sororidade é um movimento de unidade que muitas vezes se mostra insuficiente para grupos minoritários dentro dos próprios feminismos, como é o caso das mulheres negras. Estas, para definir os afetos e lutas que as unem, se valem do

⁵ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sororidade>. Acesso em 02/08/2021.

termo “dororidade” (PIEDADE, 2017), que aponta no sofrimento provocado pelo racismo um elemento comum nos afetos que ligam as lutas das mulheres negras.

Nesse ínterim, esse artigo busca analisar o caso Juliana Dal Piva⁶, jornalista do portal UOL, que, depois de publicar o *podcast* “A Vida Secreta de Jair”⁷, produto jornalístico que revelou conexões diretas presidente Jair Bolsonaro (sem partido) com um esquema de entrega de salários de seus ex-funcionários enquanto esteve em mandato na Câmara dos Deputados (1991-2019), foi ameaçada pelo advogado Frederick Wassef, que representa juridicamente o presidente.

Segundo o resumo que apresenta o *podcast* UOL Investiga, cuja primeira temporada é “A Vida Secreta de Jair”, os programas mostram “como o escândalo da movimentação atípica do policial Fabrício Queiroz tornou público os 30 anos de indícios da prática de rachadinha em toda a família Bolsonaro, envolvendo diferentes parentes do presidente”. A série composta por quatro episódios, que totalizam cerca de três horas e meia, foi publicada entre 6 e 9 de julho de 2021.

Após a ameaça via aplicativo *WhatsApp* ocorrida em 9 de julho de 2021, a jornalista postou no *Twitter* o fato, o que gerou grande repercussão em apoio. A esse trabalho nos interessa fazer uma Análise Qualitativa (STRAUSS e CORBIN, 2008) das assistências de outras mulheres à jornalista. Investigaremos a sororidade nessas postagens. Para tanto, reunimos cinco postagens de mulheres, cujo conteúdo detalharemos adiante.

Segundo levantamento feito pelas autoras na Buzzmonitor, plataforma para gestão de redes sociais, o termo “Juliana Dal Piva” teve 1.485 menções no Twitter de 8 de julho a 7 de agosto de 2021, dos quais 1.462 (98,45% do total) entre os dias 9 a 11 de julho⁸.

Sororidade entre mulheres, participação cidadã e reação das autoridades

Cerquier-Manzini (2010) define cidadania como a capacidade dos homens de exercerem seus direitos enquanto cidadãos. Ampliando esse conceito, Lunardi e Secco

⁶ Disponível em: <https://twitter.com/julianadalpiva/status/1413643030347796481?s=19>. Acesso em 02/08/2021.

⁷ Disponível em: <https://twitter.com/julianadalpiva/status/1411953770272067588>. Acesso em 02/08/2021.

⁸ Disponível em: <https://trends.app.buzzmonitor.com.br/results?obligatory=juliana+dal+piva&optional=&banned=&language=%5B%22pt%22%5D&dateType=last30&dateRange=%5B%222021-07-08+08%3A16%3A07%22%2C%222021-08-07+08%3A16%3A07%22%5D&compare=%5B%5D>. Acesso em 07/08/2021.

(2010) dizem que a cidadania também é compreendida como pertencimento a uma comunidade e aos direitos dela recorrentes. Fundamentamos que homens e mulheres são socializados de maneiras distintas, sendo posicionados de forma hierárquica numa estrutura que concede privilégios aos homens com base em desvantagens impostas às mulheres. A sociedade brasileira, marcada por esse modo patriarcal de construção, acaba por impor obstáculos para que mulheres exerçam de forma plena seus direitos de cidadania.

A Constituição Federal de 1988 traz, nos artigos 5º e 144º, que a segurança é uma garantia do Estado Brasileiro, devendo ele resguardar isentos de perigos e danos todos os cidadãos. No entanto, em casos nos quais mulheres sofrem ameaças, como ocorrido com a jornalista Juliana Dal Piva, nota-se que a estrutura patriarcal se interpõe ao direito à segurança e, conseqüentemente, ao exercício da cidadania.

São nesses casos que a estratégia feminista da sororidade, aliada ao funcionamento das redes sociais, pode construir espaços de companheirismo e participação cidadã entre mulheres. É preciso compreender que o exercício da cidadania não ocorre apenas em pleitos eleitorais, por meio do voto. Lunardi e Secco (2010) detalham que a participação cidadã também é exercida “na possibilidade de participar na comunidade da tomada de decisões que irradiam efeitos sobre os interesses individuais, coletivos e ou difusos” (LUNARDI e SECCO, 2010, p. 204). Desta forma, para as mulheres, a vivência da cidadania passa por atender aos interesses delas combatendo as desigualdades de gênero e expressões de violências.

Neste caso, chamamos atenção ao fato dos ataques sistemáticos do governo Jair Bolsonaro (sem partido) à imprensa⁹, sobretudo às jornalistas mulheres, que resultaram até mesmo em denúncia à Organização das Nações Unidas (ONU).¹⁰ Relatório¹¹ da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), aponta que, após a eleição de Bolsonaro em 2018, houve um aumento de 54% no número de casos de ataques a veículos de comunicação e a jornalistas. O mesmo estudo ainda aponta que ataques a jornalistas e

⁹ Mais informações em: <https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/violencia-contramulheres-jornalistas-aumenta-com-ataques-a-imprensa>. Acesso em 04/08/2021.

¹⁰ Disponível em: <https://fenaj.org.br/bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-ataques-contramulheres-jornalistas/>. Acesso em 03/08/2021.

¹¹ Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em 04/08/2021.

mídias brasileiras dobraram em 2020¹², sendo o próprio presidente responsável por 40% dos ataques. Portanto, o contexto de violência que Juliana Dal Piva sofreu, dentro desse cenário hostil imposto pelo governo Bolsonaro, é agravado pelo fato de ela ser jornalista, além de ser mulher.

Prá e Epping (2012) defendem que, no caso das mulheres, a cidadania se fundamenta no reconhecimento e ampliação dos direitos da população feminina, incluindo direitos civis, políticos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos, de forma que sejam reconhecidos os direitos humanos das mulheres de forma ampla. A busca por essa reconhecimento faz parte das lutas dos feminismos.

Na contemporaneidade, as movimentações feministas se valem dos mecanismos das redes sociais como forma de mobilização por meio do Ciberativismo. Segundo Eisenberg (2015), esse conceito se define por práticas comunicacionais que usam plataformas, redes e suportes digitais na internet buscando maior entrosamento e visibilidade às lutas de grupos sociais no interior da sociedade. Algumas movimentações começam em redes sociais, mas não se restringem a elas.

Costa (2018) explica que as atividades políticas nas redes muitas vezes são pensadas como mecanismos de pressão diante de instituições estabelecidas. “O fato é que as redes sociais, desde sua popularização na década de 2010, são o mecanismo mais importante de mobilização política” (COSTA, 2018, p. 43). A mesma autora diz que as redes abrangem uma demanda reprimida das vozes femininas no espaço público, conferindo-lhes mais alcance político.

Costa (2018) conta ainda que o *Twitter* tem por especificidade o fato de ter sido criado “explicitamente para militância” (COSTA, 2018, p. 43). A autora descreve que a rede social teve início em 2004, nos Estados Unidos para, por meio de celular, organizar manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano. Mais tarde, dois anos depois, o *Twitter* foi lançado tal como o conhecemos. “Manteve esse DNA ativista, tendo sido o principal instrumento das manifestações iranianas de 2009 e nas inglesas de 2011. Um pouco mais tarde, os ‘indignados’ espanhóis proclamaram sua fé na utopia da cidadania conectada” (COSTA, 2018, p. 43). Esse referido “DNA ativista” é o que também justifica e explica o *Twitter* se tornar, com facilidade, o cenário onde Juliana Dal Piva expôs a ameaça sofrida em busca de suporte.

¹² Mais informações em: <https://catarinas.info/ataques-a-jornalistas-e-midias-brasileiras-dobram-em-2020/>. Acesso em 04/08/2021.

Muito embora haja essa característica ativista que aparenta ser sempre favorável, é importante ter atenção ao fato de que o *Twitter* é autoregulado, e pode operar de modo contrário aos ativismos sem grandes justificativas aos usuários. Jornalistas mulheres inclusive criticam¹³ a rede social por sua política de denúncia, que algumas vezes mostra-se conivente com as agressões por se recusar a tirar conteúdos violentos e agressivos às mulheres.

Vale ressaltar que, exercendo o trabalho de jornalista em um contexto de redes sociais, Juliana Dal Piva está ainda inserida em um ambiente de informação com forte impacto no espaço público uma vez que aproxima a mídia e a política dos cidadãos (WOLTON, 2004). A internet, portanto, representa um espaço de disputa social e política sem fronteiras determinadas. Birolí (2017) detalha que o espaço público é predominantemente masculino. “A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de uma universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (BIROLI, 2017. p. 172). O objetivo da criação desse espaço feito por e para homens é, segundo a mesma autora, presumir algum tipo de silêncio, como se as vozes contestatórias simplesmente não fizessem parte do espaço público. Não por acaso mulheres jornalistas são as maiores vítimas de ataques em ambientes digitais¹⁴, que reproduzem essa lógica masculinizante dos espaços públicos.

O caso de Juliana Dal Piva se insere nessas reflexões e contextos. Pormenorizaremos mais adiante, por meio da análise do *corpus* desse trabalho, que as ameaças sofridas pela jornalista formaram um ambiente de debate capaz de unir outras mulheres em apoio por meio da sororidade e provocar o apoio das entidades responsáveis em torno do caso.

Análise do Corpus

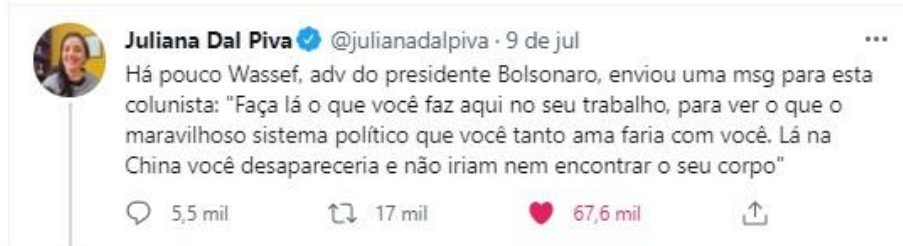
Quando fez o tuíte de denúncia¹⁵ onde descreveu a ameaça, Juliana Dal Piva recebeu 67,6 mil curtidas e 17 mil retuítos. O perfil da jornalista no *Twitter* tem 75 mil seguidores. Mais de 5 mil usuários da rede responderam a essa postagem. Na publicação

¹³ Mais informações em: <https://apublica.org/2020/03/seis-jornalistas-mulheres-vitimas-de-ataques-criticam-a-politica-de-denuncia-do-twitter/>. Acesso em 04/08/2021.

¹⁴ Mais informações em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalistas-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-de-ataques-no-ambiente-digital>. Acesso em 04/08/2021.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/julianadalpiva/status/1413643030347796481?s=19>. Acesso em 04/08/2021.

que segue, Juliana disponibiliza o material do UOL sobre o ocorrido¹⁶, onde teve 36 mil curtidas, 5,7 mil retuïtes e 1,4 mil respostas ao post. Em sequênça, avisa aos amigos que está bem, em segurança, recebendo suporte de familiares e agradece o apoio de todos. Essa postagem teve 30,2 mil curtidas, 1 mil retuïtes e 698 respostas. São números significativos e demonstram que o assunto chamou a atençao dos usuários do *Twitter*.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

Juliana Dal Piva denunciou que, após ter feito a reportagem veiculada via *podcast* “A Vida Secreta de Jair”, Wassef entrou em contato com ela por *WhatsApp* supondo a posição política à esquerda da jornalista e dizendo que nos regimes comunistas que ela supostamente defende, publicar reportagens como aquela a fariam “desaparecer e não iam nem encontrar seu corpo”.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

¹⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/07/09/advogado-do-presidente-ataca-colunista-do-uol.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 04/08/2021.

O primeiro tuíte de Juliana Dal Piva reuniu 4.970 retuítes com comentário. Identificamos que todos os que estavam em modo público, podendo ser vistos por qualquer usuário do *Twitter*, eram de cooperação e vinham de homens e mulheres. Aqui, vamos nos debruçar apenas sobre os principais suportes vindos de outras mulheres à Juliana. Por meio de Análise Qualitativa (STRAUSS e CORBIN, 2008) identificamos nas postagens que houve entre elas a construção de uma sororidade, um apoio comum para que Juliana pudesse exercer seu direito à segurança e sua atividade profissional de forma plena, tendo seus direitos como cidadã brasileira garantidos. O manejo desse método de pesquisa nos permite, segundo os autores, analisar experiências vividas pelas pessoas com base, além do material empírico, também nas emoções e sentimentos ali evidentes.

A partir de uma análise exploratória inicial na rede social *Twitter* foram identificados e analisados pelas autoras pelo menos 20 tuítes de mulheres jornalistas que fizeram referência à ameaça feita à repórter do UOL Juliana Dal Piva e demonstraram solidariedade após a intimidação sofrida. Todos foram publicados ao longo de cinco dias, entre 9 de julho, data em que a repórter publicizou a informação, e 13 de julho.

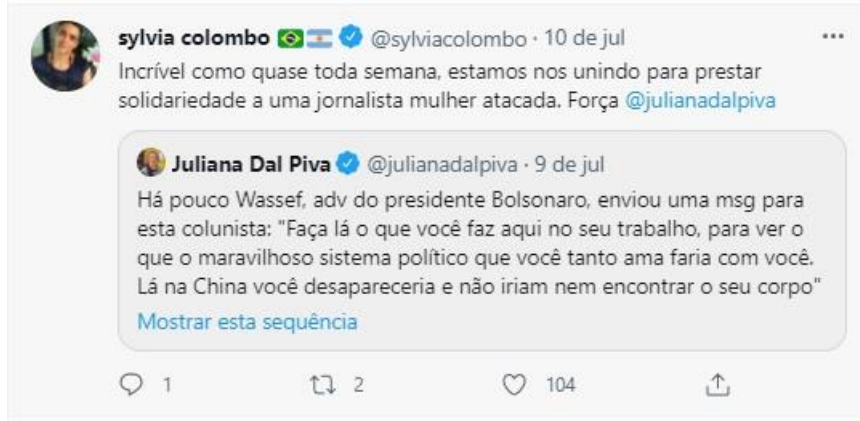


Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

A primeira postagem analisada¹⁷ é da repórter Luísa Martins, que atua no jornal Valor Econômico. Ela reúne 15,8 mil¹⁸ seguidores no *Twitter*. Em seu relato, a jornalista narra ter sofrido de Wassef situação de ameaça semelhante à de Juliana Dal Piva. A exposição desse fato aproxima as duas mulheres emocionalmente e gera um ambiente de acolhimento para Juliana na rede social. Por fim, Luísa Martins elogia o trabalho de Juliana Dal Piva, uma forma de não restar dúvidas sobre a idoneidade de Dal Piva e conferir credibilidade ao trabalho desempenhado por ela na reportagem veiculada sobre Bolsonaro.

¹⁷ Disponível em : <https://twitter.com/luisamartins/status/1413671977324269571?s=19>. Acesso em 04/08/2021.

¹⁸ Dados de 04/08/2021.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

A postagem feita pela jornalista Sylvia Colombo¹⁹, do jornal Folha de São Paulo, cujo perfil tem 15,8 mil seguidores, destaca que são recorrentes os ataques às mulheres jornalistas. Colombo também ressalta que a essas ameaças há sempre uma articulação de união delas. Essa postagem evidencia a questão da sororidade materializada em apoio público, na união feminina pelo chamamento de atenção da sociedade aos ataques sofridos pelas mulheres.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

A postagem de Cris Bartis²⁰, uma das integrantes do *podcast* Mamilos e cujo perfil soma 44,3 mil seguidores, também sinaliza que são recorrentes as ameaças do governo Bolsonaro a mulheres jornalistas. Ela demonstra sororidade quando diz “Estamos com

¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/sylviacolombo/status/1413834828563324930?s=19>. Acesso em 04/08/2021.

²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/CrisBartis/status/1413803155050094594?s=19>. Acesso em 04/08/2021.

“você” e também elogia o trabalho feito por Juliana Dal Piva, uma forma de credibilizar e fortalecer o conteúdo produzido.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

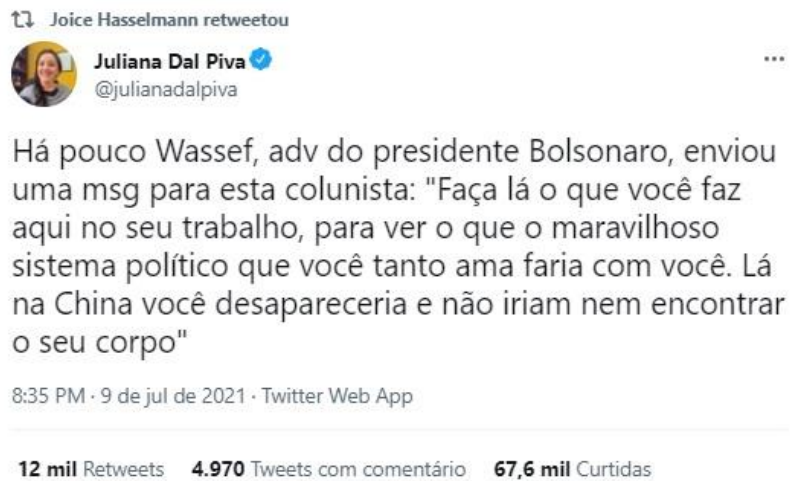
A postagem de Talita Fernandes²¹, jornalista da mídia independente Shumian, cujo perfil tem 37,2 mil seguidores no *Twitter*, também ressalta que as ameaças a mulheres não são fatos isolados no governo Bolsonaro. Ela diz que todos os casos que teve conhecimento as vítimas foram mulheres, evidenciando que as atitudes do atual governo promovem a manutenção de uma construção desigual de gênero na sociedade brasileira. Talita também fala em solidariedade, se colocando ao lado de Juliana Dal Piva, e diz ter respeito e admiração pelo trabalho dela, o que também reforça a credibilidade da reportagem produzida ante aos ataques de Wassef, representante do governo Bolsonaro.

Chamamos atenção ao fato ainda que a mobilização incluiu não apenas mulheres jornalistas ou pessoas que se identificam politicamente à esquerda. A deputada federal eleita por São Paulo, Joice Hasselmann (PSL), que já foi aliada ao presidente e posteriormente rompeu o apoio²² mas ainda se mantém no espectro político da direita brasileira, também deu retuíte na postagem de Juliana Dal Piva. Embora não tenha feito comentários de suporte, a ferramenta do retuíte é, nos usos do *Twitter*, compreendida como apoio, salvo alguma manifestação explícita de que não se trata de endosso ou caso

²¹ Disponível em: <https://twitter.com/talitafernandes/status/1413695428625797126?s=19>. Acesso em 04/08/2021.

²² Mais informações em: <https://blogdacidadania.com.br/2019/10/joyce-hasselmann-tambem-rompe-com-bolsonaro/>. Acesso em 04/08/2021.

haja também de maneira visível uma crítica àquele conteúdo compartilhado por meio de retuíte. Nesse caso, compreendemos a ação da deputada como uma manifestação de amparo também pelo fato de ela já ter concedido entrevistas²³ nas quais relata as violências de gênero sofridas após romper com Jair Bolsonaro.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

Apesar de não ser o cerne desta análise, cabe destacar que episódios como a ameaça à repórter Juliana Dal Piva têm se repetido no Brasil e dão sinais de que podem comprometer tanto o trabalho jornalístico quanto o exercício da democracia. A própria jornalista já foi vítima de ataque anterior quando atuava em outro veículo de comunicação:

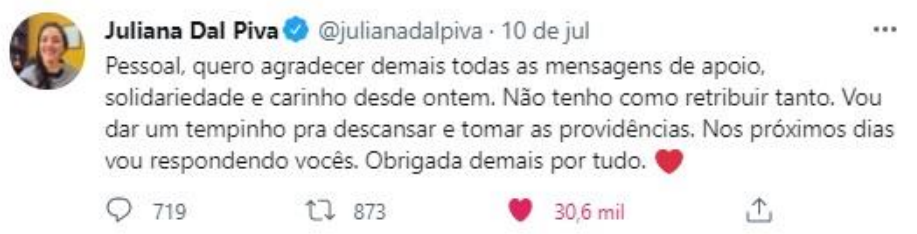
Em 3 de abril de 2019, o jornal O Globo publicou uma matéria de Juliana dal Piva sobre o documentário 1964: O Brasil entre armas e livros, da produtora gaúcha Brasil Paralelo.¹⁸ A produtora realiza filmes revisionistas com a intenção de divulgar a “verdadeira história”. No dia seguinte à publicação da reportagem, a repórter recebeu a mensagem “Você vai morrer”, de um perfil sob pseudônimo.¹⁹ Em diversas ocasiões, ela, que já assinou matérias investigativas sobre os filhos do presidente, é atacada com comentários do tipo “vai chupar uma rola” e “vadia” (MELLO, 2020, edição eletrônica).

Após receber diversas e expressivas mensagens de apoio, a jornalista Juliana Dal Piva agradece o amplo auxílio recebido, ressaltando a solidariedade e o carinho das mensagens, aspectos que identificamos e analisamos neste *corpus*. Após a mobilização no *Twitter*, diversas entidades²⁴ tais como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)

²³ Mais informações em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/26/joice-hasselmann-sobre-ataques-ao-romper-com-bolsonaro-foi-estupro-moral.htm>. Acesso em 04/08/2021.

²⁴ Mais informações em: <https://portal.comunique-se.com.br/ameacada-por-advogado-de-bolsonaro-jornalista-do-uol-ganha-apoio-de-entidades/>. Acesso em 04/08/2021.

²⁵ e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) manifestaram guarida à jornalista²⁶. Também o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, manifestou assistência pelo *Twitter*²⁷ e determinou que a corregedoria da OAB apurasse o caso tomando as medidas cabíveis.



Fonte: Print do Twitter feito pelas autoras

Considerações Finais

Nota-se, na análise deste caso, que a movimentação feminina se valendo da estratégia feminista de sororidade em favor da jornalista Juliana Dal Piva foi expressiva e capaz de orientar a manifestação de entidades de classe e representativas da categoria, como FENAJ e Abraji, bem como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As instituições partiram do debate formado no *Twitter* para também posicionar-se e oferecer guarida à jornalista.

No entanto, percebemos que o apoio das entidades ocorreu somente no dia seguinte ao episódio de ameaça relatado, o que demonstra que as instituições têm prazos e trâmites que não acompanham a agilidade e a repercussão gerada nas redes sociais, embora sejam provocados diretamente por elas. Neste caso vemos que a pressão e repercussão obtidas pelo caso no *Twitter* foi fator central para produzir e potencializar a estratégia da sororidade. Também nos permite avistar o que diz Castells (2017) quando apregoa que os movimentos sociais são alavancas de mudanças sociais, uma vez que o episódio sinaliza para uma união que pode fortalecer o exercício jornalístico e o trabalho das mulheres que atuam como repórteres e em outras funções em empresas jornalísticas

²⁵ Disponível em: <https://fenaj.org.br/entidades-repudiam-ameaca-de-advogado-a-jornalista-juliana-dal-piva/>. Acesso em 04/08/2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-rejeita-ameaca-de-advogado-de-bolsonaro-contra-juliana-dal-piva>. Acesso em 05/08/2021.

²⁷ Disponível em: <https://twitter.com/felipeoabrij/status/1413686251169931273>. Acesso em 04/08/2021.

de grande porte, em veículos alternativos ou de forma independente. Castells (2017) aponta que a união de um grupo social por meio das redes é um ponto de partida para acessar direitos e reforça que esse tipo de movimentação favorece a cooperação e a solidariedade entre os indivíduos.

Alves (2012) contribui com esse contexto quando diz que movimentos sociais em ação na internet obrigam a sociedade a refletir sobre as questões sociais, propondo metamorfoses de consciência. O que nos leva a concluir que o episódio ocorrido com Juliana Dal Piva ressalta a relevância e efetividade das estratégias lançadas pelos feminismos nas redes sociais, como é o caso da sororidade. Por meio dele também detectamos a importância do uso das redes sociais pelos ativismos de forma combativa em campos de disputa política.

Referências

ALVES, G. **Ocupar Walcott Street...e depois?** In: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03/08/2021.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CERQUIER-MANZINI, M. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2010.

COSTA, C. **Rede.** In: Explosão feminista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

EISENBERG, J. **Ciberativismo.** In: GIOVANNI, G; NOGUEIRA, M. A (Orgs). Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Fundap/Imprensa Oficial, 2015.

FERRARI, A. **Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas.** In: _____; MARQUES, L P. (Org.). Silêncios e educação. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas.** São Paulo: Boitempo, 2019.

GAGO, G. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo: Elefante, 2020.

-
- LERNER, G. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUNARDI, G; SECCO, M. **Fundamentação filosófica dos direitos humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. Companhia das Letras, 2020.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- RAGO, L M. **As marcas da pantera: Foucault para historiadores**. In: Revista Resgate, Centro de memória da UNICAMP, v. 1, n. 5, p. 0-0, 1993.
- _____. **Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria** In: VENTURI, G; RACAMÁM, M e OLIVEIRA, S (Orgs). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2009.
- _____. **Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil**. In: Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth, v. 3, n. 3, 1997.
- PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2017.
- PRÁ, J.R; EPPING, L. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20(1), ed. 344, janeiro-abril, 2012.
- WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.